

Renegociação poderá entrar em nova etapa

A.M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — O Fundo Monetário Internacional deverá enviar nos próximos dias telex aos bancos privados, recomendando que prorroguem mais uma vez o acordo existente com o Brasil, segundo informaram o ministro Dilson Funaro e o presidente do Banco Central do Brasil, FERNÃO BRACHER.

Dependendo do seu teor e da reação da comunidade financeira, o telex permitirá que o comitê de assessoramento dos bancos privados não apenas aceite uma nova prorrogação do acordo vigente com os credores do país, por mais alguns meses, como reabra uma nova etapa de renegociação da dívida externa brasileira.

Anteontem à noite, Funaro chegou a insinuar que poderia haver duas mensagens do FMI, uma agora e uma depois. Nesse caso, se positiva, a segunda poderia aplicar-se à reformulação do acordo e não apenas à sua prorrogação. A mensagem (ou uma delas) poderia dizer que a política brasileira para a contenção do déficit público está no caminho certo, que o País continua apresentando ótimo desempenho no setor externo, mas registraria também as apreensões do FMI e da comunidade financeira com os percalços da política monetária e a marcha da inflação.

Isso ficou (mais ou menos) claro não só nas conversas, com jornalistas, do ministro Dilson Funaro e do presidente do Banco Central, FERNÃO BRACHER, anteontem à noite, como pelo parecer de outras fontes, inclusive do Fundo Monetário Internacional.

Bracher confirmou que, para a simples prorrogação, não haveria necessidade sequer de telex do FMI. Entretanto, se isso é verdade para os grandes bancos americanos, na opinião dos próprios banqueiros não é necessariamente correto para muitos bancos pequenos dos Estados Unidos e bancos europeus. Pelo menos uma dezena de bancos não participou da prorrogação anterior do acordo vigente.

Quinta-feira, Funaro e Bracher passaram mais de duas horas com Paul Volcker, chairman da Reserva Federal, com quem tiveram, segundo fonte privilegiada, "contato muito ruim". Não deu detalhes. Depois disso as autoridades brasileiras passaram mais de duas horas (das 19h30 às 21h45) com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e técnicos da instituição.

Defenderam o programa econômico brasileiro para 1986 e, segundo o ministro, de Larosière manifestou a impressão de que o programa está no caminho certo no que diz respeito a duas coisas: 1) redução do déficit público e 2) garantia de crescimento da economia, o que, para o governo, "é inegociável" de qualquer maneira. Há alguns pontos pendentes, disse Funaro, mencionando o comportamento da inflação e os aumentos salariais.

Funaro pareceu reagir melhor às agruras do dia do que outros funcionários do governo. Estava bem disposto ao retornar pouco depois das 22 horas à residência do embaixador. Conversou longamente com a imprensa internacional e, em seguida, com os brasileiros. Continua tão polido como sempre, mas perdeu um pouco de sua espontaneidade durante as entrevistas e parece agora não estar contando tudo que ouve, diz e pensa. Sua postura claramente mudou também em relação ao FMI e especialmente seu diretor-gerente. Anteontem à noite, o ministro fez questão de realçar o papel crucial que de Larosière desempenhou durante a crise de 1982 e nos anos imediatamente subsequentes. Mas o mi-

nistro brasileiro também fez questão de dizer que continua rejeitando as fórmulas de ajuste do Fundo.

De qualquer forma, a mudança de tom parece ter o objetivo de extrair do FMI alguma dose de boa vontade em relação ao programa. Nesse sentido, a mudança parece desnecessária porque De Larosière está habituado com manifestações públicas de hostilidade e o FMI tem encargos pesados demais para se permitir agir emocionalmente. Na opinião de um funcionário do FMI, De Larosière não prometeu enviar o telex "de graça". "Deve ter cobrado alguma coisa", disse, com ar de mistério.

Quinta-feira haverá uma reunião do comitê de assessoramento dos bancos, à qual comparecerá o diretor do Banco Central do Brasil para a dívida externa, Antonio de Pádua Seixas. O prazo de vigência da última prorrogação do acordo com os bancos termina no dia 17. O acordo terá que ser prorrogado mais uma vez porque até lá não será possível ao Brasil e credores fixar os termos de um novo acordo de reescalonamento das obrigações de 1986. O governo pretende obter, segundo Funaro e Bracher, melhores condições para esse reescalonamento: menores taxas de risco (*spreads*) e eliminação de comissões.

Sobre isso, as opiniões dos bancos divergem. Uma fonte bancária disse a este jornal que os bancos acabariam concedendo essas vantagens ao Brasil, já que haviam concordado com isso durante as negociações de acordo plurianual de reescalonamento (abandonado pelo governo). Mas outras fontes bancárias disseram que não será tão fácil assim. As concessões mencionadas haviam sido oferecidas em outras circunstâncias, isto é, dentro das expectativas da manutenção do programa do FMI e antes do choque provocado pela liquidação do Comind e do Auxiliar.

Evidentemente, o mercado está cheio de rumores. Fontes bancárias citaram o grande banco Mellon como um dos que estariam dispostos a não renovar o acordo com o Brasil. Ontem, um funcionário do banco recusou confirmar a informação. Limitou-se a dizer que neste momento o banco não tinha nenhuma declaração a fazer. "Como você sabe, a situação é muito sensível", disse Kay Guerci.

Uma outra fonte disse que hoje, ao contrário de 1982, tanto o Brasil como os bancos estão "numa posição de força". Mas nenhum dos lados quer ver a bola cair, observou. "Os bancos maiores não abandonarão o Brasil". A questão é saber se isso será suficiente", afirmou.

A seu ver, o grande problema é que as perspectivas do Brasil para este ano não parecem muito boas, exceto na área externa. "A inflação piora, os meios de pagamentos e a base monetária crescem demais, as taxas não diminuem e parece ao governo extremamente difícil politicamente chegar às decisões necessárias para conter a inflação", comentou.

Na residência do embaixador Sérgio Corrêa da Costa, que o acompanhou nos encontros de anteontem em Washington, Funaro disse que o Brasil continua querendo dinheiro dos bancos, mas não forneceu pormenores. O ministro João Sayad, quando esteve aqui em meados de dezembro, declarou que o governo não pediria novos empréstimos aos bancos privados este ano, embora esteja interessado em obter participação desses bancos em operações de co-financiamento com o Banco Mundial. Essas declarações só servem para aprofundar a impressão de ambigüidade e confusão que o governo causa.